



Alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental ¹

GUEDES, Gisley Barreto Braz ² gisleybarretobg@gmail.com

FERREIRA, Vera Lucia Campos ³

¹ Artigo apresentado ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Mato Grosso do Sul-FACSUL.

² Acadêmica do curso de Pedagogia da FACSUL.

³ Professora Mestra do Curso de Graduação em Pedagogia/FACSUL.

RESUMO

As crianças como os adultos começam a se alfabetizar muito antes de entrar numa escola. Entretanto, o aprendizado não acontece instantaneamente, pelo contrário, a prática da leitura e escrita são indissociáveis e é construída passo a passo, segundo o ritmo de cada criança. A presente pesquisa teve por objetivo compreender a alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental. Utilizou-se a pesquisa de campo e de revisão bibliográfica. A fundamentação teórica foi complementada por uma pesquisa de campo realizada a partir de dados coletados com uma professora atuante nos anos iniciais do ensino fundamental de uma escola pública de Campo Grande MS. Constatou-se por meio dos resultados da pesquisa que são vários os desafios enfrentados pelos professores no processo de alfabetização e um deles é o tempo, que limita o trabalho do professor, contribuindo para a demora da criança ser alfabetizada; falta de materiais apropriados para o trabalho pedagógico, de acompanhamento sistemático da rotina de toda equipe, um trabalho de parceria e de diagnóstico para o levantamento das necessidades de aprendizagem do aluno, assim como a dificuldade de

envolver a participação de família na vida escolar do aluno, que é tão necessário no processo de alfabetização.

Palavras-chave: Alfabetização; Letramento; Anos Iniciais.

1.0 INTRODUÇÃO

As concepções dos professores sobre a escrita em fase inicial de alfabetização e como esses alunos constroem o processo de aquisição da produção escrita, recebe na atualidade grande destaque nas discussões a respeito dos processos de alfabetização. No contexto educacional, muitos são os teóricos que versam sobre a alfabetização. Assim como também são inúmeras as pesquisas realizadas nesta área. Dentro desse universo, teóricos como Emília Ferreiro, Magda Soares, Ana Teberosky se destacam. Entretanto, a prática da língua escrita apesar de muitos estudos realizados por especialistas no assunto e teóricos da educação ainda continua sendo um desafio para a área de Pedagogia e a grande preocupação para educadores.

A preocupação reside pelo fato de pesquisas como o SAEB e o INEP demonstrarem resultados bastante insatisfatórios, ficando evidente que da forma como a prática da escrita está sendo concebida dentro do contexto escolar não está conseguindo dar conta do processo de ensino-aprendizagem. O insucesso no aprendizado escolar é significativo e preocupante, haja vista que é um precedente para a desistência do aluno da educação sistematizada.

Tendo em vista essa problemática que atinge não só escolas de Mato Grosso do Sul, mas sim de todo o Brasil é que o trabalho tem por objetivo geral compreender o letramento e a alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental e por objetivos específicos: compreender e diferenciar alfabetização e letramento, apresentar um breve histórico da alfabetização no Brasil, compreender as hipóteses silábicas envolvidas no processo de alfabetização e letramento e conhecer as dificuldades encontradas pelo professor para alfabetizar e letrar nos anos iniciais.

A pesquisa se torna relevante porque pesquisas que tratam de educação, que busca compreender como a criança se apropria da escrita é fundamental para que os educadores possam direcionar a sua prática de ensino. Haja vista que se tem percebido que o fato de associar alfabetização e letramento neste estudo é para que se tenha uma visão que ambos são processo simultâneos, que não podem ser compreendidos de forma estanque no processo de ensino aprendizagem.

Utilizou-se neste estudo a pesquisa de campo e de revisão bibliográfica a partir de uma entrevista utilizando-se um questionário composto de seis questões abertas que foi aplicado de forma não-

diretiva. O sujeito da pesquisa foi uma professora que atua em uma escola pública de Campo Grande MS nos anos iniciais do ensino fundamental. Para fundamentar o estudo foram utilizados livros e artigos retirados de bases de dados.

Fundamentaram o estudo os seguintes autores: Branco (1989), Kleiman (1995), Tfouni (1995), Ferreiro e Teberosky (1995), Teberosky (2001), Leite (2001), Freire (1996; 2003), Ribeiro (2003), Mortatti (2004; 2010), Rojo (2009), Soares (2004; 2020), Lima (2006), Ferreiro (1995; 2011), dentre outros

2.0 BREVE HISTÓRICO DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

A história da alfabetização no Brasil, teve início a partir da colonização, no século XVI, com a vinda dos jesuítas em 1549. O processo de alfabetização baseava-se no ensino das primeiras letras, para os nativos e os filhos dos colonos. Com a educação jesuítica, a preocupação era estabelecer escolas de ensinar as crianças a ler, escrever, cantar e contar. O objetivo da alfabetização dos jesuítas era catequizar os índios no processo, inculcando sobre estes a cultura Europeia e a religião cristã. Pois estes tiveram o monopólio da educação colonial durante 210 anos, propagando a fé entre os pagãos através da alfabetização (MORTATTI, 2004).

Complementando o exposto, o referido autor enfatiza que:

Pode-se afirmar, portanto, que desde o período colonial existia neste País um grande número de pessoas que não sabiam ler e escrever nem tinham instrução elementar, ou de primeiras letras. Mas essas pessoas não se autodenominavam analfabetas, nem iletradas, o que vale especificamente para os índios, que sequer conheciam a existência do alfabeto, assim como as práticas de leitura e escrita não

existiam em sua cultura oral quando ainda intocada pela cultura letrada dos Portugueses. (MORTATTI, 2004, p. 50).

Inculcar uma cultura a esses povos foi assolar suas crenças, costumes e convicções ao sagrado. Porém, a escrita se faz necessária na vida de todos, e é um processo histórico e cultural, muito antigo, assim como descreve Ana Teberosky (2001, p. 21):

A escrita é uma das mais antigas 'tecnologias' que a humanidade já conheceu. Serviu e tem servido para muitas finalidades, de religiosas a políticas, de literárias a publicitárias. Cada povo lhe atribui um uso, e se não exclusivo, ao menos predominante.

Segundo Mortatti (2010) a história da alfabetização relata que a preocupação com o ensino da leitura vem do período que antecede a proclamação da república, quando os administradores públicos e intelectuais da corte paulista começaram a ter preocupação com o capital humano, ou seja, com a qualificação. Com isso organizam-se vários movimentos em prol da reforma do ensino da leitura e da escrita.

Assim, a leitura e a escrita passaram a ser vistas como práticas sociais e aprendidas em espaço público como práticas escolarizadas e de fundamental importância para a formação da cidadania.

Neste período, carregado pelo impulso reformista e pelo espírito cívico higienista, se fazia alusão de que a alfabetização e a escolarização iriam curar a ignorância do povo. Desse modo, desenvolvia-se formulações educacionais autoritárias com o objetivo de transformar a nação, preparando os cidadãos para as necessidades da nova ordem econômica. (MORTATTI, 2010).

Porém, uma maior preocupação com a questão da alfabetização aconteceu após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) que afirma, no art. 32, inciso I, que a formação básica do cidadão é o objetivo do ensino fundamental, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo por meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. E também o art. 214 da Constituição de 1988, com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 59/2009, detalha os objetivos do Plano Nacional de Educação (PNE), entre os quais estão (I) a erradicação do analfabetismo,

(II) a universalização do atendimento escolar e (III) a melhoria da qualidade do ensino.

Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), espera-se que a criança seja alfabetizada no 1º e 2º ano do ensino fundamental, processo que será complementado por outro, a partir do 3º ano, denominado “ortografização”.

De acordo com Paulo Freire (2003), o processo de leitura escrita são sistemas construídos paulatinamente são processos que começam muito antes da inserção da criança na escola visto que já tem um conhecimento prévio do mundo em que vive tem curiosidade, desejos e imaginação. As práticas de leitura e escrita trazem na vida social duas dimensões a individual; que é a posse individual de leitura e escrita, e a dimensão social; onde o conjunto de demandas sociais do uso da língua escrita se desenvolve. É o que nos traz a Constituição Federal de 1988, no seu art. 205, dispõe que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e visa ao pleno desenvolvimento pessoal, ao preparo para exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

3.0 COMPREENDENDO ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

As crianças como os adultos começam a se alfabetizar muito antes de entrar numa escola. Entretanto, o aprendizado não acontece instantaneamente, pelo contrário, a prática da escrita é construído

passo a passo, segundo o ritmo de cada criança. Dessa forma, não existe um tempo único de aprendizado da escrita em uma sala de aula e o educador deve saber que

cada criança tem um ritmo próprio que deve ser sempre respeitado.

Kleiman (1995) ressalta que enquanto nos países desenvolvidos as práticas sociais de leitura e de escrita assumiam a natureza de grande relevância mediante a constatação de que a população, mesmo sabendo ler e escrever, não têm domínio de leitura necessárias ao exercício das práticas sociais e profissionais que envolvem a língua escrita, no Brasil os conceitos de alfabetização e letramento se misturam, se superpõem e muito frequentemente se confundem.

No Brasil, o que se percebe é que a discussão do letramento surge sempre arraigado no conceito de alfabetização, o que tem levado, a fazer uma distinção entre os termos como se fossem processos estanques, distintos e não uma continuação um do outro, haja vista que fazem parte de um mesmo processo, ocorrendo, portanto, uma fusão inadequada dos dois processos (LEITE, 2001).

Partindo desse pressuposto verifica-se a importância do tema para melhor compreensão dos aspectos relacionados ao letramento e a alfabetização já que os autores não chegam ao consenso sobre ambos como sendo processos distintos ou únicos já que ambos tratam necessariamente do processo de leitura e escrita.

Como se pode verificar a seguir autores como Tfouni (1995) e Soares (2004) entendem a alfabetização e letramento

como processos distintos. Para Tfouni (1995. p. 20), “enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio históricos da aquisição de uma sociedade.”

Verifica-se, portanto, que para a autora supracitada letramento é algo muito mais amplo que alfabetização. Enquanto esta se restringe apenas da aquisição da escrita, o letramento se refere a aquisição da mesma de uma forma ampla já que engloba os saberes transmitidos por toda a sociedade, seria, portanto, a compreensão da escrita na sua totalidade, dentre de um contexto geral.

Para Soares (2004) estar alfabetizado é ter domínio dos códigos escritos e estar letrado vai muito além, é ser capaz não só de ler e escrever, mas também ser capaz de fazer uso da leitura e da escrita, para a sua inserção na sociedade. Por essa razão é que a autora ressalta que não é possível dissociar alfabetização e letramento como é prática corriqueira no contexto escolar brasileiro. A autora defende a distinção entre alfabetização e letramento, este para ela vai além da simples aquisição da escrita, mas sim a capacidade do indivíduo de ler e interpretar o que se lê, conseguindo fazer uso da leitura e escrita em seu benefício diário.

Sobre esse aspecto, Rojo (2009, p. 98) explica que as práticas sociais de letramento que SE exerce nas distintas situações vão constituindo níveis de alfabetismo ou de desenvolvimento de

leitura e de escrita; dentre elas as práticas escolares.

Sobre alfabetização Ribeiro (2003, p. 91) diz que "é o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio do conjunto de técnicas – para exercer a arte e ciência da escrita."

Verifica-se, portanto, que para essa autora estar alfabetizado vai além do domínio dos códigos linguísticos, constitui também a capacidade de os utilizar eficazmente para ler e escrever. Dessa forma subtende que para a mesma alfabetização e letramento são palavras com o mesmo significado.

Assim, estar alfabetizado é ter domínio dos códigos escritos e estar letrado vai muito além, é ser capaz não só de ler e escrever, mas também ser capaz de fazer uso da leitura e da escrita, para a sua inserção na sociedade.

Os processos de alfabetização, tem em seu contexto condicionantes sociais, culturais e políticos. As naturezas complexas desse processo trazem habilidades de capacidades motora, cognitivas, afetivas sociais e linguísticas. Por isso,

Uma teoria coerente da alfabetização só será possível se a articulação e

integração das várias faces do processo forem contextualizadas social e culturalmente e iluminadas por uma postura política que resgate seu verdadeiro significado. (SOARES, 2020, p.26).

Embora as atividades de alfabetização são diferentes em relação as operações cognitivas, os materiais didáticos é que orientam o desenvolvimento gradativamente e integralmente. O fundamental é que as crianças estejam imersas a um contexto letrado de forma planejada e sistemática.

A base será sempre o letramento, já que leitura e escrita são, fundamentalmente, meios de comunicação e interação, e a alfabetização deve ser vista pela criança como instrumento para que possa envolver-se nas práticas e usos da língua escrita. (SOARES, 2020, p.144).

Assim sendo o professor alfabetizador deve dar ênfase aos materiais pedagógicos, que são na verdade sua ferramenta de trabalho, uma ajuda de grande valia. Visto que, anos iniciais a complexidade a ludicidade ainda está muito presente, a inserção deve ser gradativamente. Logo situara-se das práticas da linguagem escrita.

4.0 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO E SUAS HIPÓTESES SILÁBICAS

Existe assim, um caminho a ser percorrido até chegar ao processo de alfabetização. Esse caminho é dividido em fases: na primeira a criança reproduz os traços de

escrita com o qual se identifica, determinando grafismos mais próximos das letras, a pré silábica, a silábica, a silábica alfabética e a alfabética. Do começo



ao fim deste processo ocorre um processo de (re) construção da compreensão da linguagem escrita, o que acontece através da interação das crianças com o objeto de conhecimento (FERREIRA; TEBEROSKY, 1985).

A fase pré-silábica é caracterizada pela distinção que a criança constitui entre o desenho, denominada de a representação icônica e a escrita representação não icônica. É a etapa em que a criança passa do uso da garatuja simples à reprodução de riscos característicos da escrita. Os sinais gráficos produzidos nessa etapa possuem estreita semelhança com o desenho, ainda que dele se distingue. Normalmente, a maioria das crianças, faz o desenho de um certo objeto e próximo a ele coloca sinais gráficos afirmando ser o nome do objeto. A hipótese que a criança tem nessa etapa é de que escrever é construir sinais gráficos e ler é interpretar os sinais gráficos que se encontram perto ou que fazem parte do mesmo contexto (BRANCO,1989).

Sobre a fase pré-silábica, Lima (2006, p. 26) ressalta que:

A primeira fase é denominada pré-silábica, está é marcada pela diferenciação do desenho e do próprio objeto. Nessa fase as crianças não estabelecem relação fala-escrita e atribuem as pessoas, animais e objetos grandes, escritas também grandes, o que

chamamos de realismo nominal.

No estágio a criança ainda não tem noção de que a escrita representa os sons da fala. Todavia já entende a classe simbólica da escrita e apresenta um amplo nível de empenho intelectual na significação das suas propriedades distintas (FERREIRO, 1995).

Segundo Ferreiro e Teberosky (1985), após o estágio pré-silábico, em contato com a escrita e incentivada pela escola a criança começa a entender que o sistema de escrita se encontra baseado no som, pois a escrita é, necessariamente, fonográfica. A mínima unidade sonora que ela representa, nesta etapa, é a sílaba. Para especificar essa concepção, as autoras consideram a escrita infantil e advertem que o número de caracteres empregados pela criança é idêntico ao número de sílabas da palavra; porém nem sempre essas letras apresentam semelhança com as sílabas que ela deseja representar. Inicialmente a inquietação maior é com a quantidade e não com o tipo de letra que se utiliza. Concomitantemente, as representações vão se aproximando das letras que constituem o nome, por exemplo, para o vocábulo “boneca”, ela registra BNC.

Nesta etapa a interpretação da escrita ou da "leitura" pode ser realizada em seguida ao ato de escrita e jamais após passado muito tempo ou fora do contexto de produção. As hipóteses características desta etapa são marcadas por uma procura de distinção qualitativa e quantitativa da escrita, que já havia se manifestado no fim da etapa precedente, e que se solidifica agora na fase silábica para que possa ler e escrever. Comumente, nesta etapa a criança passa a registrar usando as vogais, por ser os sons

mais simples de discriminar na língua. Ação da criança que pode ter dado origem ao equívoco de que é preciso começar o ensino da escrita a partir das vogais de forma isolada (BRANCO, 1989).

Gradualmente, a criança vai compreendendo que as letras representam os sons; entretanto, ela ainda não se desprende inteiramente da hipótese silábica, tanto que, em determinados momentos, representa a sílaba, em outros, o fonema. Esta fase é descrita por Ferreiro e Teberosky (1985), como hipótese Silábico Alfabética. Sobre essa etapa Branco (1989, p. 39) esclarece que,

é a fase que ao observador parece haver progressos e retrocessos devido à instabilidade e reorganização intensa que se opera. É a passagem da hipótese silábica para a hipótese alfabética através da distinção dos fonemas da língua, quando acrescentam mais de um sinal gráfico para uma sílaba já discriminada, porém em outras situações em que os fonemas da sílaba não foram ainda discriminados elas grafam um só sinal.

Constata-se, portanto, que na fase silábica alfabética, a criança encontra-se em processo de transição de uma hipótese para outra subsequente, ou seja, pode haver avanços e retrocessos, são os conflitos cognitivos, que permitirá a criança juntar o que já sabia anteriormente e avançar em

novas construções de aprendizagens da leitura e da escrita.

A hipótese característica da fase silábica alfabética é a que grafar é adicionar letras e ler é discriminar cada sinal gráfico. Para Moreira (2009) as grafias peculiares desta etapa podem ter dado origem ao equívoco dos educadores, que ao realizar correções das produções textuais das crianças pensam que elas esqueceram das letras. Assim, a autora explica que quando a criança tem a compreensão que cada letra representa um fonema, ela já se encontra numa hipótese alfabética. Diz-se, portanto que ela se encontra alfabetizada.

No estágio alfabético, segundo Cardoso-Martins e Corrêa (2008) as letras passam a ser concebidas como o que elas de fato são: símbolos visuais que representam fonemas. Desse modo, as escritas da criança passam a ser organizadas em termos das correspondências entre as letras e os sons, assemelhando-se, portanto, à escrita convencional.

Alcançada esta etapa de construção da escrita o entendimento do sistema gráfico pela criança encontrará concluído, ainda que nem sempre a sua produção textual corresponderá a escrita convencional. O trabalho da escola será o de adequar situações e atividades que possibilitarão a criança passar da escrita fonética para a ortográfica convencional.

5.0 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa caracterizou-se como de campo e de revisão bibliográfica. Desse modo foi desenvolvido leituras e buscas de artigos, documentos oficiais para entendimento e coerência do que cada autor fala sobre o assunto.

Numa perspectiva geral o assunto se retrata nas argumentações, afirmações, explicitações, concepções e práticas que envolve o que é alfabetização e letramento nos anos iniciais. Autores como Soares (2020) traz a alfabetização respectivamente como uma grande responsabilidade em seu processo, possibilidades, provocações desempenho e qualidade são funções da escola.

Foi realizada a coleta de dados por meio de um questionário aplicado com uma professora que atua em uma escola pública nos anos iniciais do ensino fundamental.

6.0 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Encontra-se a seguir os resultados do questionário aplicado com a professora que foi sujeito da pesquisa.

- Quais os desafios encontrados no processo da alfabetização e letramento com os alunos dos anos iniciais?

Em sua resposta a professor relata que os maiores desafios no processo de alfabetização é o professor x estrutura e consequentemente o tempo, que limita o trabalho do professor, contribuindo para a demora da criança ser alfabetizada.

- A escola dá cobertura, amparo necessário para você professor alfabetizador desenvolver com mérito sua função?

De acordo com a professora entrevistada, a escola não oferece esse amparo, na maioria das vezes não disponibiliza os materiais apropriados para o trabalho pedagógico, e não há

efetivamente o acompanhamento sistemático da rotina de toda equipe, um trabalho de parceria e um diagnóstico para o levantamento das necessidades de aprendizagem do aluno, e no cotidiano não é possível envolver a participação de família na vida escolar do aluno, que é tão necessário no processo de alfabetização.

-A alfabetização e o letramento são processos distintos, porém, indissociáveis, então na realidade escolar esse processo depende um do outro?

Em resposta a entrevistada relata que sim, embora o processo de alfabetização seja distinto de letramento um depende do outro para que a criança possa compreender efetivamente o mundo em que está inserida.

-Para o professor que alfabetiza qual a importância das práticas pedagógicas e estratégias de ensino nesse processo?

Em resposta a professora diz que é fundamental o professor estar sempre procurando novos conhecimentos e transferindo para a prática em sala de aula. Planejando ações que contribuem no processo de alfabetização do aluno e conseqüentemente, propiciem ao mesmo o desenvolvimento das habilidades para ler e escrever com compreensão.

- Do ponto de vista do aprendizado acadêmico, sua formação continuada, é o suficiente na docência como alfabetizador?

Para a professora pesquisada a formação continuada contribui sim, que as teorias andam junta com a prática, pois a aprendizagem é um processo contínuo e inacabado.

- Sendo você docente, que importância tem para a sociedade um indivíduo alfabetizado e letrado?

Segundo a professora, não basta que a pessoa seja somente alfabetizada, tem que saber decodificar as palavras. É fundamental que seja também letrada, então ler e escrever um texto que tenha sentido, enfim ler e interpretar o texto compreendendo realmente o que está escrito.

Essa foi a abordagem de investigação por entrevista feita em forma de um questionário enviado por e-mail para a professora, justificando o tema pertinente ao artigo, e as repostas aqui expostas relatam um professor alfabetizador em seu dia a dia.

Segundo Freire, (1996) a educação em um contexto real, e a importância de um professor, não só os da base, mas até a educação de jovens e adultos, pois ensinar exige tomada de decisões, de saber, de escutar, de ser neutro, mas não omissivo.

A autora Mortatti (2004) fala principalmente da inclusão social, cultural e política, a análise do processo de alfabetização no Brasil, a trajetória do analfabetismo do País, e alega que com a criação dos sistemas nacionais de ensino, a escola, em moldes mais próximos do que se conhece hoje passou a assumir importante papel como instrumento de modernização e de progresso da nação.

Rojo (2009) objetiva uma escola de possibilidades, que os alunos façam uso das práticas sociais, que utilizem a leitura e a escrita de maneira, ética, crítica e democrática. A escola é o lugar de diálogos, do acolhimento das várias culturas, e que a universalização do ensino ainda é elitizada.

Ferreiro, (2011) que se aprofundou no importante processo da construção da escrita e da leitura, buscou compreender o que é a assimilação e interpretação. De modo que a criança compreenda a relação entre letras e sons.

De acordo com Soares (2020), cabe ao educador a responsabilidade dos métodos e materiais didáticos. Em seus estudos sobre alfabetização e letramento trouxe as “muitas facetas da alfabetização” enfatizando que o conceito de alfabetizar está inteiramente ligado aos condicionantes sociais, culturais e políticos. A especificidade de alfabetizar

exige compreender os aspectos psicológicos, psicolinguístico, sociolinguístico, e linguístico, daí então chamado por ela das muitas facetas em alfabetizar.

Em síntese falar sobre alfabetização parece claro e sereno, porém compreendeu-se o

que é relevante em cada processo, que alfabetizar vai além dos muros escolares e está vinculado ao social, ao cultural, e político. Pode-se observar os olhares diferenciados de cada autor ao quais respaldaram esta pesquisa.

7.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância dessa pesquisa surge não só da necessidade de aprofundamento de conhecimento, mas para reflexões do que aconteceu na história sobre alfabetizar, e como isso se transcorreu no tempo, até a atualidade. Um tema de conjuntura simples, mas de causas e efeitos de grande proporção, alfabetização e letramento, duas modalidades de aprender com suas características de aprendizagem, porém inseparáveis.

Diante das mudanças que ocorreram ao longo dos anos as atualizações, os avanços tecnológicos o mundo globalizado, é preciso estar à altura dessas transformações. A escola com seu espaço educacional; o professor mediador do conhecimento e o aluno centro desse conhecimento. O professor constantemente vivencia cada avanço, cada progresso. Na articulação ensino

aprendizagem a responsabilidade de um professor alfabetizador é gritante, tem uma significação para a vida. Só assim a alfabetização tem sentido.

Dessa forma, a formação continuada de professores alfabetizadores é fundamental no processo de alfabetizar, visto que a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental constituem a base da educação. Então quem atuará futuramente com as crianças terão a incumbência que lhe foi dada como professor que permitirá um presente e futuro da sociedade. Alfabetizar vem interligar o aprendizado adquirido, que é o da escrita e a leitura, fazendo uso dessa prática em sociedade, tornando o indivíduo alfabetizado e letrado.

E ao abordar este assunto, conclui-se que é um tema pertinente na educação, e deve ser no curso de Pedagogia.

8.0 REFERÊNCIAS

BRANCO, Veronica. As condições psicogenéticas da aprendizagem da leitura e da escrita: um processo de educação permanente. *Educar*, v. 1, n. 1/2, p. 35-41, Curitiba, jan./dez. 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. In: ANGHER, Anne Joyce (Org). *Vade Mecum: acadêmico de direito*. 10. ed. São Paulo: Rideel, 2010, p. 3-94.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e bases na Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 12 mai.2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Alfabetização**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

CARDOSO-MARTINS, Cláudia; CORRÊA, Marcela Fulanete. O desenvolvimento da escrita nos anos pré-escolares: questões acerca do estágio silábico. *Revista Teoria e Pesquisa*, v. 24 n.3, Brasília July/Sept. 2008.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre Alfabetização**. 23. ed. Editora: Cortez, 1995.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, A. **A psicogênese da língua escrita**. Tradução de D. M. Lichstenstein et. al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

KLEIMAN, Angela Bustos (org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, Mercado das Letras, 1995.

LEITE, Sérgio Antonio da Silva (org.) **Alfabetização e letramento: contribuições para as práticas pedagógicas**. Campinas, Komedi/Arte Escrita, 2001.

LIMA, Julia da Silva. **Prática pedagógica em educação infantil: memorial de formação**. Campinas, SP: [s.n.], 2006.

MOREIRA, Cláudia Martins. Os estágios de aprendizagem da escritura pela criança: uma nova leitura para um antigo tema. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 9, n. 2, p. 359-385, Palhoça, SC, maio/ago. 2009.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e Letramento**. Educação e letramento. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

MORTATTI, M.R.L. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 329-341, 2010.

RIBEIRO, Vera Massagão. (Org). **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 140 p., 2003.

ROJO, Roxane. **Letramentos Múltiplos, Escola e Inclusão Social**. 7.ed. São Paulo: Parábola, 2009.

SOARES, M. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. In: **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, nº 25, 2004.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

TEBEROSKY, Ana. **Psicopedagogia da Linguagem Escrita**. 9.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995.